



A pertinência da ideia de pacto com um ente maligno na Bíblia Hebraica

The Pertinence of the Idea of Pact with a Malignant Entity in the Hebrew Bible

Rodrigo do Prado Bittencourt*

Instituto Moduo Educar | São Paulo, Brasil

rpbittencourt@yahoo.com

Resumo: Este artigo analisa brevemente a pertinência da ideia de pacto demoníaco na Bíblia Hebraica. Embora muito difundida no imaginário cristão e pagão, a noção de uma força maligna a contratar com os seres humanos está longe de ser endossada por essa obra. Ao contrário, nela, é a divindade que estabelece a relação pactual com os seres humanos. Analisa-se, assim, o pacto entre Deus e Abraão, como exemplo clássico de acordo entre ser humano e força sobrenatural, questionando a ideia de pacto com o Mal. Mesmo a noção de uma entidade essencialmente maligna e opositora a Deus não se justifica, plenamente, na Bíblia Hebraica; sendo muito mais uma criação cristã que judaica.

Palavras-chave: Bíblia Hebraica. Pacto. Diabo.

Abstract: This article briefly examines the pertinence of the idea of the demonic covenant in the Hebrew Bible. Although widespread in Christian and pagan imagery, the notion of an evil force making pacts with human beings is far from being endorsed by this book. Rather, it is the divinity that establishes this covenant relationship with humans. The covenant between God and Abraham is thus analyzed as a classic example of agreement between a human being and a supernatural force, questioning the idea of a pact with Evil. Even the existence of an essentially malignant entity opposing God is not fully justified, in the Hebrew Bible; being much more a Christian creation than a Jewish one.

Keywords: Hebrew Bible. Pact. Evil.

Há, no Ocidente, uma longa tradição de obras tratando de alguma espécie de pacto entre alguma personagem humana e o demônio. *Fausto* (1808-1832),¹ de Goethe,

* Professor do Instituto Moduo Educar e Doutor em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino pela Universidade de Coimbra.

¹ Ver: GOETHE, 2004, e GOETHE, 2007.



provavelmente, é a narrativa mais conhecida, no que se refere a esse tema. No Brasil, há que se lembrar que esta linha de continuidade, trazendo influências de uma obra sobre as demais, chegou até *Grande Sertão: veredas* (1956),² de João Guimarães Rosa. Isso para recordar apenas um dos mais célebres e conceituados livros. Assim, há obras dos mais diversos países e épocas a retratar o pacto com o ser maligno.

É interessante notar, entretanto, que este tema, de forte apelo popular, tem origem mais nas tradições orais medievais (muitas de origens pagãs), que na Bíblia Hebraica³ em si; embora seja este conjunto de livros, teoricamente, a base para a construção da personagem de Satanás. Na Idade Média, nos países cristãos, eram sobretudo as mulheres representadas como pactárias; sendo muitas delas consideradas feiticeiras cujos poderes adviriam de seus laços com os potentados infernais. A punição para essas pessoas era geralmente morrer queimadas.

Na Bíblia Hebraica, porém, não é Satanás que realiza pactos com os homens, mas é justamente o seu antagonista. No Pentateuco (*Torá*, em hebraico transliterado),⁴ é Deus quem realiza um pacto com alguns homens, escolhidos por ele: os homens do povo de Israel. Povo, aliás, que só conseguirá se formar, construindo uma identidade própria perante seus vizinhos, justamente por aderir a este Deus único, que ele crê ser seu protetor em especial.⁵ A Bíblia faz inúmeras referências ao pacto de Deus com homens que serão a origem do povo israelita (os chamados “patriarcas”) e, depois disso, como o próprio povo reunido em comunidade. Na realidade, poderíamos falar em no mínimo três alianças entre Deus e Israel: a primeira, a fundadora, com Abrão/Abraão; a segunda com Moisés e a terceira com Davi. Isso sem mencionar a aliança universal, de Deus com toda a humanidade, firmada com Noé e representada pelo arco-íris.

Aqui, se analisará a aliança (*brit*) com Abrão/Abraão, como fundante da escolha de Israel dentre os demais povos e nações. Essa é a primeira iniciativa divina no sentido de separar um grupo humano dos demais, estabelecendo com ele uma relação especial e distinta daquela que a divindade tem com os demais homens e mulheres. Assim, esta aliança é fundante da ideia de Israel enquanto povo escolhido e fundante mesmo da ideia de aliança ou pacto entre uma força sobrenatural e os seres humanos, na Bíblia Hebraica.

² ROSA, 2015.

³ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2004.

⁴ Algumas das expressões do texto em hebraico serão indicadas, em versão transliterada, para se atentar com maior precisão ao que se está fazendo referência.

⁵ FINGUERMAN, 2005.



1 A aliança entre Deus e o povo israelita

Pode-se dizer que a promessa de Deus a Abraão é fundadora do monoteísmo israelita. Ela é lembrada pelo povo de Israel (Dt 26:5-10)⁶ e é a partir dessa promessa que se constituiu (Ex 3:15). Os judeus desenvolverão sua religião e História, explicarão sua trajetória e criarão conceitos e atitudes religiosas únicas e de extrema importância para a História das Religiões. Fundamentarão, ainda, sua cultura na religião criada a partir dessa promessa e influenciarão toda a história da humanidade com sua cultura e religião.⁷

É essa promessa que gera o pacto: é porque Deus promete algo aos patriarcas que eles aceitam realizar aquilo que lhes é pedido em contrapartida, assumindo assim um compromisso, uma aliança, com a deidade. Deve-se perceber que embora, no imaginário cristão e pagão, os termos geralmente usados para referir-se a um acordo com Deus sejam distintos daqueles usados para um acordo com Satanás (aliança e pacto), os dois termos têm quase que o mesmo significado prático e essa distinção não faz sentido na Bíblia Hebraica: o vocábulo em hebraico *brit* é às vezes traduzido para o português como “pacto” ou “aliança”. Não há diferença alguma. Essa diferença só parece fazer sentido em um imaginário que aceita a ideia de aliança com o Mal, o que não ocorre no Judaísmo.

A maior diferença, para cristãos e pagãos, parece estar no fato de que “aliança” refere-se a um acordo contínuo e duradouro ao longo do tempo e “pacto” parece evocar a ideia de um contrato pontual, sem uma adesão plena de sentimentos, interesses e vontades; trazendo a ideia de uma simples transação comercial ou política, que não se renova perpetuamente.

É preciso analisar com cuidado esse ponto, pois o Pentateuco, muitas vezes, apresenta uma relação entre Deus e Israel que beira à relação comercial, envolvendo trocas, compensações e posse. Aliás, era esse o padrão para as religiões da época e do local em que se desenvolveu a religiosidade israelita. Padrão que chegará até ao decálogo: marca mais evidente dos contrapontos que Deus pede em troca de sua proteção e bênção. É o que se verá, logo a seguir.

Abraão é o pai dos israelitas e o primeiro dos patriarcas; o primeiro a fazer a aliança com Deus e por isso é de extrema importância a sua figura. Foi a partir da fé de Abraão e sua submissão a Deus que Este abençoou os filhos de Israel. Foi Abraão que comunicou a

⁶ Essa oração é considerada pelos arqueólogos e exegetas como o fragmento de texto mais antigo da Bíblia, demonstrando tratar-se de um ritual, ligado à colheita, muito antigo e de caracteres comuns na região mesopotâmica e na Palestina.

⁷ YERUSHALMI, 1992.



seus descendentes “a herança” recebida de sua obediência a Deus: um povo numeroso e o direito à terra de Canaã (Gn 26:3-5).

Abrão que, posteriormente será chamado de Abraão, é descendente de Sem, um dos filhos abençoados de Noé (Gn 9:25-27). Filho de Taré, Abrão era um arameu que vivia em Ur, na Caldéia. De lá tinha emigrado, com o clã do sogro, com o intuito de chegar a Canaã, mas o grupo acabou por se estabelecer para Harã, no caminho para a terra desejada (Gn 11:31-32). Abrão estava em Harã, casado com Sarai, sem filhos e na idade de setenta e cinco anos (Gn 11:26-31) quando foi chamado por Deus para que eles fizessem uma aliança entre si.

Em Gn 12:1-3, Deus promete a Abrão grande prole e poder. Abrão se tornaria um “pai das nações” (*goi gadol*); isso embora sua mulher, Sarai, fosse estéril (Gn 11:30) e idosa, como ele. Deus lhe pediu para deixar sua terra e ir para Canaã (Gn 12:1-5). Note-se que a terra que é prometida a Abrão é justamente aquela que ele já desejava há muito tempo; o que ressalta o aspecto de troca e de busca por interesses pessoais que existe na aliança com a divindade. O livro de Isaías valorizará esse exemplo de fé posteriormente: Is 51:2. Deus faz a Abrão uma bênção pessoal: abençoará ou amaldiçoará as pessoas de acordo com seus atos em relação a Abrão e expande a benção para toda a humanidade (Gn 12:3).

Abrão vai para Canaã e descobre, porém, que a terra já estava habitada, sua posse, então é prometida para a posteridade de Abrão (Gn 12:6-7). Ou seja, a dádiva não se mostra ser tão plena assim, pois sua posse não se dá de imediato. Deus “corta a aliança” (*likhrot brit*) com Abrão; ou seja: sela esta aliança, confirmando-a oficialmente (Gn 15:7-11). Esta aliança é de suma importância para a História e para a religião de Israel. Para comprovar essa afirmação, podemos ver o que diz John Bright em seu livro *História de Israel*:

Se, como argumentamos, Israel desde o início de sua existência como povo concebeu seu relacionamento com seu Deus após a analogia da fórmula do tratado de suserania, como aquele do vassalo para o senhor, isso tem um profundo significado teológico. Foi simplesmente aqui que a noção de governo de Deus sobre seu povo, o Reino de Deus, tão central ao pensamento dos dois Testamentos, teve seu início.⁸

Esse primeiro elo entre os dois é, de início, unilateral; algo até então inédito na história das religiões. Deus, a princípio, não pede nada a Abrão e lhe oferece a promessa de muitas dádivas. Quem passa por entre as partes dos animais cortados é Deus, pois é ele

⁸ BRIGHT, 2003, p. 194.



quem contrai responsabilidades no pacto feito com Abrão (Gn 15:17-21). O pacto de Deus com Abrão é especial mesmo dentro da história de Israel. Ariel Finguerman, em *A eleição de Israel* (2005), afirma serem semelhantes entre si os pactos de Deus com Abrão e Noé:

Assim como o arco-íris em Noé, a aliança abramica também prevê um sinal (circuncisão), mas este não é considerado pelos comentaristas um ônus no Pacto, dada a discrepância que formaria em relação às obrigações muito maiores assumidas pela divindade. Pelo contrário, tanto Noé quanto Abraão receberam uma Aliança agraciada, que não prevê a eles outros encargos além de ter fé e continuar sendo homens de boa conduta.⁹

Ter fé e boa conduta, a despeito do que afirma Finguerman, é uma contrapartida muito onerosa; bem difícil de ser realizada. Prova disso serão as inúmeras falhas e vacilações do povo israelita ao longo dos diversos livros componentes da Bíblia Hebraica. Não se pode esquecer que, já no Pentateuco, Deus exigirá uma fé cega, que beira quase à loucura. Será o próprio Abraão que terá de demonstrar esta confiança absoluta, levando seu filho único, Isaac, para o monte Moriá para ser sacrificado em honra da deidade (Gn 22:1-19). Assim, a aliança de Deus com Abrão vai evoluindo de uma dádiva desinteressada e generosa para uma rigorosa contrapartida, um pacto oneroso, capaz de exigir mesmo aquilo que for mais amado e mais sagrado.

O pacto de Deus mediado por Moisés é visto por Finguerman de forma bem diferente, abramico: “No Sinai, a ‘gratuidade’ presente em Abraão desaparece e a observância de mandamentos é a condição para o recebimento de benesses da Aliança (Ex 19:5), bem à maneira dos tratados políticos da Antiguidade Oriental”.¹⁰ Este estudioso não leva em consideração um fato simples: ao não especificar o que queria de Abrão, Deus não deixou de exigir-lhe algo em troca. Ao contrário, ele pede que seu aliado seja “leal” (Gn 17:1), o que implica em um comprometimento total para com a divindade.

Com efeito, Deus, no início, nada pede a Abrão mas isso não significa que o patriarca poderá ser displicente com a divindade e levar sua vida sem dela se ocupar. Deus, pouco tempo depois, pede a Abrão fidelidade absoluta (*hit'alekh lefani*) e uma vida sem máculas (*tamim*) (Gn 17:1); muda-lhe o nome e o nome (Gn 17:5) e de Sarai, sua mulher (Gn 17:15); institui a circuncisão (*brit milah*) (Gn 17:11) e lhe promete o nascimento de um filho, Isaac (Gn 17:16).

⁹ FINGUERMAN, 2005, p. 27.

¹⁰ A respeito dos tratados da Antiguidade, vale citar o tratado de Assarhaddon com príncipes vassalos. Ver: BRIEND; LEBRUN; PUECH, 1998 (FINGUERMAN, 2005, p. 29).



Abrão (*Avram*) passa a chamar-se Abraão (*Avraham*), ambos os nomes tem o mesmo significado: “pai de muitos”; a mudança de nome porém era algo marcante e significativo, de caráter ritualístico. Sarai passa a chamar-se Sara, os dois nomes significam: “princesa”. A alteração dos nomes tem um grande significado simbólico neste contexto. Para os povos desta época e região, o nome designava a própria essência do ser; o próprio Deus coloca restrições quanto à pronúncia de seu nome. Mudá-lo significa alterar o destino e a identidade do ser. A posse de Deus sobre Abrão e Sarai é tão grande, que ele se sente à vontade até mesmo para uma alteração assim tão radical. Trata-se de uma suserania absoluta, com uma enorme discrepância de poderes e direitos: Deus pode até mesmo mudar o nome de seu aliado e este não pode sequer conhecer o nome da deidade.

Abraão recebe uma benção: será extremamente fecundo, pai de nações e reis (Gn 17:5-7); Sara também é abençoada: dará luz a um filho e dela sairão reis (Gn 17:16). A promessa de Deus gera uma aliança eterna (*brit'olam*) que se estenderá pela posteridade de Abraão e Sara e garantirá para essa posteridade o direito à terra de Canaã (Gn 17:7-8). Está fundada a aliança de Deus com o povo escolhido, mas o povo que se formará deverá sempre “caminhar” com Deus.

Quando Deus diz ao povo que este deve “caminhar” com ele, isto significa que a divindade está pedindo lealdade. O verbo “caminhar” é usado em expressões que evocam a ideia de lealdade, de obediência cega e fidelidade. Para um povo seminômade, esta ação de acompanhar o outro numa jornada tem um significado extremamente profundo e importante. A própria vida do povo é representada como uma eterna viagem em direção à realização das promessas divinas. Quando, em Gn 17:1, Deus aparece a Abrão e lhe diz “caminhe na minha frente e seja leal (*hit' alekh lefani*)”, ele está exigindo de Abrão obediência cega e estrita lealdade. Em Dt 11:22, Deus pede ao povo, como condição para lhe dar terras e poder, que este o “ame”, que “caminhe por todos os seus caminhos” e se “cole” a Deus, tenha adesão a ele. A Lei (*halakha*) que o povo deve cumprir significa: “ato de caminhar”. Em Lv 26:3, lê-se: “se seguirdes as minhas leis”, trazendo a ideia de que obedecer a lei é um caminhar (andar por uma rota) e que o povo tem a liberdade de decidir se quer ou não trilhar esse caminho; embora o não fazê-lo implique em grandes prejuízos para o povo: Lv 26:14-39. Prejuízos até mesmo para sua posteridade.

No decálogo, vemos que os atos de alguém influenciam a comunidade toda de duas formas: diacrônica e sincronicamente. Os filhos podem vir a pagar pelos pecados dos pais até a terceira e quarta gerações; embora a fidelidade de Deus aos que o amam e guardam seus mandamentos seja por milhares de gerações (Ex 20:5-6).



Os pecados de um indivíduo podem prejudicar todo o povo, pois podem despertar a ira de Deus e “poluir”, “tornar impura” (Lv 18:25), a terra; terra que é de Deus (Lv 25:23). “O que é proibido e terrivelmente perigoso é fazer a impureza entrar em contato com o sagrado”, dirá Yehezkel Kaufmann, em *A religião de Israel*.¹¹ Ora, a Terra Prometida é santa e, por isso, não podia ser contaminada. Qualquer local em que Deus se encontra ou se manifesta torna-se santo e, portanto, tabu. Por isso, Deus diz a Moisés para tirar as sandálias ao se aproximar da sarça ardente (Ex 3:5).

A Lei e os Profetas contestarão esta visão, instituindo a ideia de retribuição individual. Tal concepção, no entanto, não foi uma criação tardia na história de Israel. O mesmo Kaufmann diz “A ideia de recompensa individual deve ser contada entre as ideias que Israel herdou das culturas antigas. É o que se constata também na ideia de punição coletiva, no Egito e na Mesopotâmia”.¹²

O homem porém não é pensado de forma isolada no Pentateuco e suas ações podem repercutir na sociedade e na história: “Por isso existe uma responsabilidade comum não só entre os membros de uma determinada geração, mas também entre todas as gerações. Esta ideia constitui a base de toda a perspectiva histórica da Bíblia. Cada pecado cometido da parte do povo é contado contra Israel e serve para explicar o destino de todo o povo”.¹³

Kaufmann fornece inúmeros exemplos de ações que tiveram retribuições individuais e de outras que tiveram retribuição coletiva, mostrando como essas duas ideias coabitam na Bíblia Hebraica. O importante de se notar é que essas duas ideias, embora pareçam contraditórias, visem atingir um mesmo objetivo: a ordenação do mundo e confirmação de sua justiça, garantida por Deus. O estudioso chega a afirmar: “No fundo, não é tanto o lado humano do sofrimento imerecido que agita a Bíblia, mas a ameaça que faz à fé na justiça de Deus”.¹⁴

Assim, a contrapartida pedida ao indivíduo está longe de ser pequena e uma falha pode trazer maldições e castigos não apenas a ele, mas a todo o povo e mesmo às futuras gerações. Aliás, num contexto posterior, em que a mensagem profética alarga a soberania de Deus a todo o universo, o pecado de um único ser pode vir a atrasar e prejudicar a felicidade de todo o mundo, por várias gerações. Isso porque Israel será sempre visto como povo escolhido, mas com o tempo deixará de ser objeto exclusivo das atenções de Deus.

¹¹ KAUFMANN, 1989, p. 105.

¹² KAUFMANN, 1989, p. 332.

¹³ KAUFMANN, 1989, p. 333.

¹⁴ KAUFMANN, 1989, p. 222.



A escolha (*bahar*) de Israel como povo consagrado a Deus, separado dos demais, um povo santo (*qados*), já está em Ex 19:5-6. Ali também se encontra a função do escolhido: ser um reino de sacerdotes (*mamlehet cohanim we goi qados*). Lv 19:1-2 ressaltará a santidade como necessidade para Israel. Mas é em Dt 7:6-8 que se encontra o porquê dessa eleição: não é pelo tamanho e poder de Israel que Deus o escolhe mas porque o ama. É um gesto gratuito de amor de Deus para com o povo e este não tem mérito algum nisso.

Nm 23,9 mostra no que implica esta escolha: Israel terá realmente que viver como um povo separado dos demais para não se contaminar com seus pecados e sua idolatria. Alianças e casamentos com estrangeiros serão evitados (Ex 34:15-16) e o interdito será proclamado muitas vezes. Em muitas ocasiões, será preferível matar que deixar viver o inimigo de outra nação, pois Israel deve ser santo e não pode correr o risco de se contaminar com a impureza do pagão (Nm 31:7-18). A eleição de Israel traz os benefícios da Aliança, mas também suas exigências. Israel deveria adorar só a Iahweh e seguir todos os seus mandamentos (Ex 23:23-24; Dt 6:4-9).

Com o tempo a ideia de eleição de Israel vai evoluindo. Fingerman, explicando uma expressão de Kaufmann afirma: “antes dos profetas, a teologia israelita acreditava que seu Deus atuava no mundo inteiro (cósmico), porém sua revelação estava restrita a Israel (nacional). Ele governava toda a Terra, mas só os israelitas estavam obrigados a cultuá-lo.”¹⁵ Agora, porém fica a esperança de que um dia os pagãos se convertam e cabe a Israel adotar a missão de proselitismo (Is 49:6): o povo escolhido não deixa de sê-lo mas Deus agora quer reinar também sobre as outras nações. Assim, o compromisso de santidade individual torna-se ainda mais sério: dele depende não apenas o povo de Israel, mas toda a raça humana. Também a aliança vai mudando: ela exige cada vez mais responsabilidades do povo escolhido (principalmente com o Sinai e com os Profetas) e chega ao ponto de se esperar sua participação não apenas na construção de sua própria relação com Deus, mas também como partícipe da expansão das bênçãos de Deus e de sua Lei para todos os povos.

2 O ente maligno na Bíblia Hebraica

O demônio não tem tanta importância para o Judaísmo quanto para o Cristianismo. São os Evangelhos abundantes de referências a um ente maligno. Na Bíblia Cristã, ele até mesmo leva diversos nomes: diabo (Jo 8, 44), demônio (Mt 4:1), “Pai da Mentira” (Jo 8, 44), “Tentador” (1 Ts 3:5), Satanás (Mc 1:13) e Belzebu (Mt 10:25). Na Bíblia Hebraica, porém, o ente maligno aparece de modo muito menos individualizado e é uma figura simples, sem amplas descrições; pouco caracterizada.

¹⁵ KAUFMANN, 1989, p. 163-164.



As principais referências a esta figura maligna estão no livro de Jó e em Gênesis. Nada mais. Com relação ao Gênesis, uma interpretação mais mística que efetivamente hermenêutica pode identificar a serpente que tenta a primeira mulher, ainda sem nome, como o ente maligno que depois a tradição cristã (e mesmo parte da tradição judaica) identificará como o “diabo”. Entretanto, o texto bíblico a descreve apenas como um animal muito astuto; de características diferentes das que tem hoje: a serpente era inteligente, falava e tinha pernas. É a maldição divina que a obriga a rastejar pelo chão (Gn 3:14). Assim, é possível pensar que ela deixou de ser um ser inteligente e de falar como punição por seu pecado. Assim como os seres humanos deixaram de ter algumas de suas características positivas a partir do pecado: é por punição divina que surgem as dores do parto, o desejo sexual e o trabalho (Gn 3:15-19) e foi por consequência direta da ingestão do fruto proibido que foi perdida a inocência original e se adquiriu a vergonha, o medo e a vaidade (Gn 3:10). Além disso, é como resultado do pecado que se perde o acesso ao jardim do Éden (Gn 3:24). De tal modo que a posse da inteligência e da fala por parte da serpente, e sua posterior perda, podem ser entendidas como mais uma das consequências da transgressão às ordens de Deus. Não é preciso pensá-la como um ser espiritual e maligno para manter a verossimilhança do texto. Afinal, isso até mesmo prejudicaria a coerência textual e lógica, uma vez que a serpente é definida sempre como um animal (Gn 3:1 e 3:14) e mesmo seus castigos dizem respeito à sua forma física e estilo de vida (Gn 3:14-15).

Quanto ao livro de Jó, ele traz a presença de uma personagem que faz parte da corte celeste e que pode, essa sim, ser vista como uma figura plenamente espiritual (Jó 1:6-12). Esta personagem é o “adversário” ou “acusador” e não é descrita com muitos detalhes, mas sabe-se que é um dos filhos de Deus (Jó 2:1). Ainda assim, deve-se perceber que nem ele, nem a serpente, propõe qualquer tipo de pacto ao ser humano.

Há que se notar que a serpente apresenta-se como sedutora e Satã (acusador) como uma figura pessimista, amargurada e um pouco cínica, disposta a ver fracassar o preferido de Deus; aquele de quem a divindade se orgulha. Não há, entretanto, nenhum acordo com vantagens recíprocas e obrigações contraídas. Essa é uma característica muito mais próxima da relação entre Deus e os seres humanos (sobretudo o povo escolhido) que entre os homens e qualquer figura maligna. Aliás, mesmo a existência de uma figura essencialmente maligna é questionável, na Bíblia Hebraica; sendo que o principal objeto de interdição divina são os ídolos e a maior preocupação da deidade parece ser a adoração de outros deuses por parte do povo de Israel. São eles designados como “demônios” em Lv 17:7 e Dt 32:17, não com o intuito de explicitar a existência de seres com natureza malévola e ontologicamente distintos de Deus, mas simplesmente para ofender os deuses adversários do Deus de Israel, que estavam a roubar seus fiéis. Trata-se de um tabu direcionado aos outros deuses, muito recorrente em toda a Bíblia



Hebraica, e não da explicação da existência de uma determinada categoria de seres malignos com papel definido na ordenação cósmica do universo. Trata-se do famigerado ciúme de Deus (Ex 20:5) e nada mais.

Conclusão

Na Bíblia Hebraica, a responsabilidade acerca do mal é do ser humano, que nem sempre escuta o que Deus diz e busca realizar seus próprios desejos. Assim como cabe ao ser humano buscar agir de modo correto, ser feliz e viver em paz. Deus permite desgraças e catástrofes (na maioria das vezes na forma de guerras, massacres e deportações) para que o povo aprenda e volte para a caminhar com Deus.

Assim, não há espaço, nesse texto, para a construção de uma imagem personificada do mal. Os deuses estrangeiros não são chamados de demônios por serem vistos como maus, mas porque adorá-los é não obedecer ao Deus de Israel, que deseja exclusividade. Por isso, não há possibilidade de um pacto com algum ente maligno na Bíblia Hebraica. O pacto que existe é o que foi feito entre o povo e Deus por iniciativa divina. O mal está em romper o pacto e não esperar o cumprimento das promessas feitas aos antepassados. Daí, pode-se concluir que a responsabilidade nas escolhas entre o bem e o mal é toda humana.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Vários tradutores. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 2004.

BRIEND, Jacques; LEBRUN, René; PUECH, Émile. *Tratados e juramentos no Antigo Oriente Próximo*. Trad. José Maria da Costa Villar. São Paulo: Paulus, 1998.

BRIGHT, John. *História de Israel*. Trad. Luiz Alexandre Solano Rossi e Eliane Cavallhere Solano Rossi. São Paulo: Vozes, 2003.

FINGUERMAN, Ariel. *A eleição de Israel: a polêmica entre judeus e cristãos sobre a doutrina do "povo eleito"*. São Paulo: Humanitas, 2005.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Volume I. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2004.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Volume II. Trad. Jenny Klabin Segall. São Paulo: Editora 34, 2007.

KAUFMANN, Yehezkel. *A religião de Israel: do início ao exílio babilônico*. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.



YERUSHALMI, Iosef Hayim. *Zakhor*: História judaica e memória judaica. Trad. Lina G. Ferreira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Recebido em: 14/09/2017.

Aprovado em: 14/10/2017.